

Sabrina González*

Crônicas marxianas de uma morte anunciada**

* Licenciada em Ciência Política, Universidade de Buenos Aires (UBA). Coordenadora tutorial do curso a distância *A teoria marxista hoje. Problemas e perspectivas*.

Assistente acadêmica do Programa de Estudos de Pós-graduação do CLACSO. Docente de Teoria Política e Social, Ciência Política, UBA.

** Tradução de Simone Rezende da Silva.

Rumors of my demise have been greatly exaggerated

Mark Twain

Uma prece: o adeus ao marxismo

Talvez a persistência em uma convicção deva ser considerada um traço de caráter. Se for este o caso, a nobreza nos obriga a reconhecer tal qualidade nos difamadores de Marx –e, por extensão, do marxismo. Conseqüentes, os opositores do pensador de Tréveris anunciaram com veemência e confirmaram até ao cansaço sua morte e, junto com ele, o desaparecimento de todo o seu legado doutrinário. Não devemos retirar-lhes qualquer mérito nisto que a toda prova apresenta-se como uma empreitada titânica: dar a última e emocionada despedida a um autor que continua dando assistência ao trabalho de estudantes e pesquisadores, que pinta consignas por um mundo mais justo nas bandeiras e nos cartazes de militantes e ativistas, que aparece como interlocutor nas polemicas discursivas assim como nas misérias cotidianas dos homens e mulheres concretos, não pode ter resultado uma tarefa simples. Até aqui, nosso reconhecimento para com eles, os adversários.

No entanto, também existe outra possibilidade. Talvez aqueles que adotem a opção anterior só estejam incorrendo no erro de fazer do vício uma virtude. Expressemos melhor do seguinte modo: a perseverança seria apenas um eufemismo para ocultar uma profunda obstinação; a tarefa ciclópea daria conta de uma energia

desmedida esbanjada em um trabalho absolutamente inútil; e, finalmente, a durabilidade no tempo encobriria disputas não saldadas e uma inflamada e cega resistência própria de quem prefere morrer na obstinação a aceitar algum reflexo de razão e veracidade nos argumentos do opositor. Marx poderia assinar as palavras atribuídas a Mark Twain e sustentar que os rumores sobre sua morte foram exagerados. Desta forma, tal exagero não foi ingênuo nem ocioso. Justamente o contrário, quem se perguntar como conseguiram os escritores do obituário do marxismo persistir em seus diagnósticos sem chegarem a duvidar de seus próprios discernimentos diante de cada novo gesto de eloquência do presumido defunto, encontrará a resposta na crise do próprio capitalismo.

Certo é que não faz muito tempo, depois da queda do muro do Berlim e a conseqüente reunificação das duas Alemanhas, da implosão da União Soviética (URSS), do final do Pacto de Varsóvia e do conflito bélico que balcanizaria a antiga Iugoslávia, tudo parecia indicar que o pensamento nascido da lúcida mente de Marx tinha ficado finalmente desacreditado. A contra-ofensiva do neoconservadorismo norte-americano e da ortodoxia neoliberal foi, certamente, brutal. Nas retinas da humanidade, multiplicaram-se os brindes, os abraços e os golpes contra o monstruoso muro emblemático do stalinismo. Era de se esperar que, conforme decrescesse a euforia inicial, Marx e seu legado passassem a formar parte do baú das lembranças. Inusitadamente, ocorreu precisamente o oposto. Marx e seu legado estavam definitivamente mortos e enterrados e, entretanto, ambos continuavam sendo o principal e preferido alvo de ataque. Por que resultava necessário seguir lapidando a pedra de sua lápide? Porque o desassossego, longe de diminuir, incrementava-se. O sistema social que tinha resultado vitorioso ficava exposto, diante da ausência de quem fora seu principal oponente, em toda sua obscena impudicícia e miséria.

Igual aos ringues de pugilismo, aqui também se necessitava ao menos de dois opositores que medissem suas forças: de um lado, a crise do marxismo; no setor oposto, a crise da economia de mercado¹. Entre eles, a distância entre teoria e prática era utilizada em sentidos diametralmente opostos. Enquanto o arsenal teórico do marxismo supostamente se esgotou no real (o que abre a pergunta a respeito de se o socialismo

¹ Para uma crítica sobre a concepção hipostasiada do mercado recomendamos a obra clássica de Karl Polanyi, *A grande transformação. Crítica do liberalismo econômico* (1992). Neste livro, o reconhecido antropólogo identifica as quatro instituições sobre as quais repousava o capitalismo do século XIX: o balanço de poder; o padrão ouro; o mercado auto-regulado, e o estado liberal. Polanyi assegura que uma estrutura capaz de organizar toda a vida econômica sem ajuda ou interferência externa como a que supõe o conceito de mercado auto-regulado jamais se concretizou na realidade.

real era realmente socialismo!), e neste sentido o colapso dos socialismos existentes foi identificado vis-à-vis com a obsolescência do materialismo histórico, o capitalismo justifica suas insuficiências concretas apostando no horizonte de perfectibilidade ao qual apelam seus postulados teóricos ainda não realizados. Seguindo este critério, o desmoronamento do muro do Berlim trouxe consigo o começo do fim do marxismo. Entretanto, o desabamento das Torres Gêmeas nova-iorquinas (11-S) não sacudiu uma gota das teorias do *establishment*: só mostrou o abismo que pode significar que uma parte do planeta ainda não emule os princípios e interesses do baluarte da livre empresa e da democracia liberal ocidental.

O capitalismo não pode se dar ao luxo de tomar por saldada a disputa com o marxismo. Sempre é preferível ocupar-se da iminente derrota do oponente que dar conta da própria podridão interna. Não se trata de proclamar o iminente colapso do capitalismo, mas sim de compreender que os tempos por vir são desgraçados. Independentemente das pessoas aceitarem ou rechaçarem as idéias de Marx –e, se assim se quiser, das leituras que ele inspirou– um conhecimento rigoroso de suas teorias é condição necessária, embora não suficiente, para quem deseja compreender os acontecimentos fundamentais do século XIX até nossos dias. As crônicas marxianas organizadas nesta publicação oferecerão ao leitor muitas razões para encarar com renovado brio a consecução de um dos projetos marxistas por antonomásia: a crítica do capitalismo (Meiksins Wood, 2000: 5).

A partir da primeira proposta, este espírito crítico nutrir-se-á de diversas perspectivas e olhares. Em sua aula inaugural intitulada “Pelo necessário (e demorado) retorno ao marxismo”, Atilio A. Boron, professor titular do curso *A teoria marxista hoje. Problemas e perspectivas* nos propõe refletir sobre as razões da volta ao pensamento de Karl Marx. Uma volta que efetivamente supõe um afastamento, senão de todos, ao menos de alguns intelectuais reconhecidos, em relação às teses e linhas argumentativas clássicas desta tradição de pensamento crítico. Por que o abandono do marxismo? A qual marxismo se retorna depois de anos de ausência? As respostas provisórias oferecidas pelo autor vão abrindo distintas portas de um debate que promete ser controvertido e gélido, nunca tedioso e muito menos monótono. Sua convicção é assertiva e imperturbável: faz sentido, hoje mais que nunca, remeter-se a um pensamento como o marxista em busca de respostas para o século XXI. Seguidamente,

em “Mapeando o marxismo”, Javier Amadeo, pesquisador da Universidade de São Paulo e um dos coordenadores tutoriais deste curso, oferece uma análise crítica da trajetória do marxismo, cujos marcos e personalidades transcenderam as fronteiras européias originárias com a mesma rapidez e vivacidade com a qual se aviva a chama quando recebe uma boa baforada de oxigênio. Em suas páginas, confluem nomes de homens e mulheres que foram *feitos por* e que *contribuíram para fazer a história*. Todos eles partícipes de um marxismo que soube de tempos de vitórias e derrotas, um pensamento vivo e tenazmente refratário a ser classificado monoliticamente, uma corrente à qual não serão alheias tampouco as mortais aversões.

Sobre a teoria e sua relação com a práxis

Subtrair-se à idealização do saber científico como conhecimento técnico, perito e exclusivo de um grupo de sábios foi desde as origens do pensamento filosófico uma empreitada extremamente complexa². Nesse sentido, costuma-se invocar palavra *ciência* toda vez que se deseja ser persuasivo na defesa de uma argumentação e, especialmente, não dar lugar a objeções. Dizer de um conhecimento que é científico é dar por assentado seu caráter objetivo e verdadeiro principalmente porque respeita duas dimensões importantes em seu processo produtivo: a distância entre o sujeito e o objeto de estudo –central particularmente para os debates em volta da neutralidade valorativa³–, e a produção de conhecimento empírico objetivo falseável e a-histórico. Não é este o lugar para discutir o papel decisivo que desempenha a ciência no ciclo produtivo (e reprodutivo) do acionar humano individual e/ou coletivo, e sua legitimação

² Por só tomar um exemplo, Platão criticará a democracia ateniense por ser um regime composto por homens que praticavam diversos ofícios sem que este fato fosse óbice para sua participação política no marco da comunidade cívica que os continha (Platão, 2000a). Sua república ideal consagrará a figura do rei-filósofo como aquela que detém a sabedoria perita requerida pela arte do bom governo (Platão 2000b).

³ Com relação à adscrição a princípios e valores, resultou um lugar comum, por certo pouco feliz, acusar de amoral Karl Marx e, seguidamente, qualificar como fiel adepto da neutralidade valorativa Max Weber. Àqueles que desejem valorar em sua justa medida a ambos os pensadores clássicos, convidamos a ler com atenção o lúcido artigo do Adolfo Sánchez Vázquez sobre ética e marxismo que se inclui neste volume, assim como também “A dimensão política da formulação weberiana sobre a ação: contingência e racionalidade na modernidade” de Bettina Levy. Neste artigo, Levy (2005) revisa a interpretação que apresenta Max Weber como um expoente paradigmático do academicismo despolitizado e não valorativo. Em contraposição a esta leitura, a autora propõe acudir, em primeiro lugar, os principais argumentos weberianos sobre o trabalho das ciências sociais e os alcances práticos das mesmas, para logo recuperar a indeterminação da realidade social e do caráter contingente da conduta significativa que o próprio Weber trabalha em seus escritos. A análise de Levy é aguda e precisa na hora de reformular aspectos essenciais da concepção weberiana da política relacionados com as ações dos atores sociais dirigidos a intervir no mundo e transformá-lo em procura de ordens mais justas.

nas sociedades contemporâneas (Klimovsky, 1995). Em troca, é este o espaço para reunir uma série de argumentos epistêmico-metodológicos marxistas que procuram questionar especificamente o cientificismo positivista. A interpretação que medeia toda aproximação à realidade, a naturalização das construções feitas pela razão humana e, finalmente, a fragmentação e colonização do saber científico receberão sua devida atenção nos artigos que se apresentam na primeira parte desta obra.

Em correlato com o anterior, Eduardo Grüner, professor da Universidade de Buenos Aires, propõe-nos, em “Leituras culpadas. Marx(ismos) e a práxis do conhecimento”, trabalhar a problemática da interpretação no marco de uma teoria do conhecimento. “Não há leitura inocente” –afirma Grüner– já que “toda forma de conhecimento do real está inevitavelmente *situada*”. A separação epistemológica entre o sujeito cognoscente e o objeto conhecido se mostra como construção sócio-historicamente situada e, neste sentido, produto de uma concepção do conhecimento cuja divisão do trabalho intelectual está fundada na dominação sobre a natureza e nas classes subalternas. Os achados da psicanálise, da lingüística e da hermenêutica do século XX pareciam pincelar um panorama desolador irreversivelmente arrasado pelo triunfo do relativismo, do particularismo e do subjetivismo radicalizado. Se o posicionamento de classe, a perspectiva político-ideológica, os interesses materiais e os condicionamentos culturais do sujeito que estuda condicionam todo conhecimento, isto significa que não pode haver conhecimento científico objetivo com pretensão universalista? Grüner resgata a celebre *Tese XI sobre Feuerbach* das garras do antiintelectualismo e do voluntarismo estreito para inscrever ao intelectual crítico em seu trabalho demolidor. Reconhecer que toda leitura sobre esta realidade situada não é o mesmo que afirmar que toda leitura é igualmente válida e possível.

No artigo seguinte intitulado “A história no pensamento de Marx”, Marilena Chaui, Professora da Universidade de São Paulo, parte do conceito de modo de produção para desenvolver a distinção entre formas pré-capitalistas e capitalistas segundo as relações diferenciais entre natureza e história que subjazem em cada caso. A forma capitalista é a única em que não fica resíduo algum do natural, explica Chaui, e em conseqüência a ideologia própria deste modo de produção detém uma potência singular e inédita enquanto sua função é nada menos que naturalizar aquilo que é histórico. E por que é necessário garantir que os sujeitos representem algo histórico

como natural? A resposta é simples. Porque um modo de produção no qual tudo é histórico entrega à razão humana e aos acontecimentos e fatores circunstanciais um poder sem precedentes, chegando ao limite de depositar em suas mãos a possibilidade de trocar a particular forma de historicidade vigente. Razão esta última mais que contundente para assegurar à humanidade em seu conjunto que o capitalismo é a meta de chegada e não o ponto de partida. Ironias da história, o fim da história⁴ é insustentável sem uma volta à pré-história do capital, naturalizando o caminho elaborado pela razão até este preciso lance da história no qual o capitalismo é não somente correto e necessário, mas também racional e imutável.

O próximo artigo já desde seu título convoca à polêmica. “Teoria política marxista ou teoria marxista da política” é a alternativa da qual parte Atilio A. Boron para examinar a aparente negação e o pouco sofisticado desenvolvimento que as análises políticas parecem ter incitado em Marx. O Marx economista ou o sociólogo, inclusive o historiador, não costumam ser objetados. Entretanto –e isto provavelmente baseado na “lenda dos dois Marx” popularizada a partir da tese althusseriana–, quando do Marx filosófico-político se trata, as vozes não costumam ser alentadoras. Boron recupera as pioneiras pesquisas filosófico-políticas de Marx para orientar o eixo da disputa para a reificação e fragmentação do saber. Se existir uma empreitada quimérica neste roteiro, é aquela que se propõe encontrar uma teoria política marxista. Boron explica esta ausência a partir da coerência derivada da mesma aplicação das premissas epistemológicas fundantes do materialismo histórico. No marxismo encontraremos uma “teoria marxista” que reflete sobre a totalidade dos aspectos que constituem a vida social, superando a compartimentalização –“política”, “economia”, “sociologia”– característica da cosmovisão burguesa.

Deve a ciência esquecer seus pais fundadores ou, ao contrário, deve lhes render culto eterno e acrítico? No “Marx e os marxismos. Uma reflexão para o século XXI”, Francisco Fernández Buey, professor da Universidade Pompeu Fabra de Barcelona, responde negativamente a ambas as opções. Fernández Buey considera que Marx é um autor cuja obra envelheceu com altura e dignidade, qualidade que o faz um clássico com todas a letras e não poucas honras. Neste sentido, defender a centralidade deste clássico

⁴ Frente à simplificação nada pueril da Fukuyama, convidamos o leitor a internar-se nos trabalhos de Eduardo Grüner (2002) e de Terry Eagleton (1998), dois estudos críticos inescapáveis sobre os estudos culturais, as análises pós-coloniais e as versões pós-modernas da teoria social e política de nossos tempos.

implica considerar a relação inextricável entre os interesses teóricos de nossos coetâneos e as investigações tendentes a recuperar o significado dos textos históricos (Alexander, 1990: 66). A proposta do Fernández Buey requer em primeiríssimo lugar uma leitura do Marx despojada dos *ismos*. Podemos antecipar brevemente a intenção que impulsiona esta proposta. Trata-se de ir reconstruindo o Marx que foi capaz de duvidar de tudo, que não concebeu de modo algum um comunismo nivelador de talentos e pobre em necessidades, que desprezou todo dogmatismo ao ponto de afirmar-se como “não marxista”, que nunca abandonou como princípio a valorização das lutas entre as classes sociais. Indubitavelmente, conclui Fernández Buey, para aqueles que continuam padecendo –os escravos, os proletários, humilhados– “Marx continua tão vigente como Shakespeare para os amantes da literatura”.

Como fechamento desta primeira parte do livro, o texto de Edgardo Lander, professor da Universidade Central da Venezuela, permite-nos navegar nas tensões e desafios de uma trilogia com imbricações nada singelas. Em “Marxismo, eurocentrismo e colonialismo”, Lander orienta sua crítica contra o metarrelato colonial/eurocêntrico comum às diferentes vertentes do pensamento dogmático, que foi historicamente hegemônico sobre e a partir da América Latina. A tensão entre fontes teóricas próprias ou etnocêntricas, o lugar da burguesia nacional nas luta antiimperialistas, a invisibilização do “Outro” cultural, as pautas de modernização e desenvolvimento, a construção do sujeito político e social de mudança, o economicismo e o essencialismo são alguns dos temas mais controvertidos das análises em relação às realidades latino-americanas aos quais alude Lander neste artigo. Efetivamente, o coquetel é explosivo e, em conjunção com os artigos precedentes, constitui uma prova inapelável de por que é necessário conceber a ciência como uma iniciativa “coletiva, interpretativa e contextualizada” (Schuster, 1999).

Atualidade e renovação dos temas clássicos

A grande última narrativa da história é aquela que afirma que o capitalismo chegou para ficar. Neste sentido, o valor do materialismo histórico radica em sua contribuição de chaves críticas tanto em relação à lógica sistêmica como da historicidade que é própria a este modo de produção (Meiksins Wood, 2000: 7). É inegável que certo marxismo acrítico sustentou uma concepção da estrutura econômica tecnicista, cujo mais

vergonhoso esquema resultou na polêmica metáfora da estrutura e da superestrutura. Foram correntes dentro do mesmo marxismo que apostaram em uma concepção mecanicista e unilinear da história segundo a qual as sociedades passavam por uma série de etapas civilizadoras pré-estabelecidas. Finalmente foram os acólitos deste marxismo que identificaram nos princípios e leis capitalistas o filtro aplicável universalmente a toda formação social, prescindindo de toda especificidade conjuntural. Deste tipo de interpretações é possível aprender muito; seus argumentos são um bom catálogo daquilo que não deveríamos repetir: as leis universais trans-históricas, o determinismo tecnológico e o voluntarismo divorciado de toda condição material de existência. Como não poderia deixar de ser, os artigos que conformam esta segunda parte aludem a estes equívocos e procuram propostas superadoras dos mesmos.

O artigo que abre a segunda parte deste livro corresponde a Daniel Bensaïd, professor da Universidade de Paris VIII Saint Denis. Em “Um olhar sobre a história e sobre a luta de classes”, Bensaïd discute com o marxismo analítico na figura de um de seus mais esclarecidos expoentes, Jon Elster. Igual a outros autores, Elster encontra em Marx uma atitude teleológica e uma teoria da *história universal* unilinear e ascendente que Bensaïd nos convida a superar. É certo que em tempos de restauração o mercado irradia toda sua sedução, enquanto as lutas de classes se tornam opacas no suceder histórico. Entretanto, a história não pode ser pensada como um jogo de soma zero, e comete um grave equívoco quem pensa que a um velho modelo o sucederá como destino inexorável outro que o supere positivamente. Daí a justeza da fórmula “socialismo ou barbárie”. A dialética dos possíveis, segundo Bensaïd a entende, é também acumulativa, o que a move a propugnar uma dupla renúncia à ilusão, ou seja: aquela que sonha em retrospectiva e entende que nada tivesse podido ser mais do que é; e também a que imagina a mudança como produto gradual, e aposta incessantemente na reforma permanente. Ambas conectam-se com os dois espectros que, assegura Elster, atormentam a revolução comunista. Trata-se dos fantasmas de uma revolução prematura ou de uma revolução conjurada. Entretanto, será possível uma revolução *just in time*? Tal e como particulariza Bensaïd, a necessidade histórica enuncia o que deve e pode ser, não o que será: “atualizando uma possibilidade, a revolução é, por essência, inoportuna e, em certa medida, [...] uma imprudência criadora”.

A luta de classes e os humanos conflitos pela sobrevivência adquirem outro matiz em “Igualdade e capitalismo” de Alex Callinicos, professor no King’s College de Londres. Callinicos propõe conectar o marxismo às teorias da justiça do liberalismo igualitário⁵. Estas teorias desenvolveram-se particularmente durante o último quarto do século XX, tempo durante o qual confluíram com o crescimento inexorável da pobreza e da desigualdade em escala global. O paradoxo não deixa de ser notável. Entretanto, em palavras de Callinicos, a aparente contradição nos termos que supõe a mesma noção de liberalismo igualitário não impede reconhecer a “deficiente” resposta contrária à especulação filosófica abstrata que existe na tradição marxista. Neste sentido, o marxismo é desafiado a superar aquela convicção que o fez acreditar que o estudo de temas normativos requeria o abandono da teoria social explicativa e crítica (e vice versa). O legado igualitário que em suas aspirações instalaram as revoluções burguesas triunfantes tem por ancoragem social a demanda vivencial de trabalhadores, escravos, mulheres, súditos coloniais, negros, lésbicas, gays, e tantos outros que desde então lutam a fim de construir uma sociedade mais justa. Callinicos sustenta que, embora a temática da igualdade seja uma preocupação que ganha vida em tempos de capitalismo, “enquanto ideal somente poderá realizar-se além de suas fronteiras”.

Em “Marxismo e religião: ópio do povo?”, Michael Löwy, diretor de pesquisas do Centro Nacional de Pesquisa Científica (CNRS, França), retoma a tradicional crença que faz da religião um baluarte da reação e da quintessência da alienação humana para inscrevê-la no capitalismo contemporâneo. Em seu texto, Löwy apresenta uma profusa lista de marxistas que na linha fundada por Marx e Engels deram conta do caráter dual do fenômeno religioso. Sob certas condições históricas, a religião pode de fato jogar um papel *dominante* na vida de uma sociedade, que não necessariamente corresponde com a oposição entre revolução e contra-revolução, progresso e involução, dominados e opressores. As contribuições de Löwy permitem avaliar duas dimensões extremamente caras à sensibilidade latino-americana: por um lado, os componentes protestantes e puritanos do culto ao dinheiro, e seu correlato com a crescente ampliação da brecha entre ricos e pobres; por outro, a inesperada irrupção da teologia da liberação com a

⁵ Recomendamos muito especialmente a leitura do trabalho seminal de Fernando Lizárraga (2004) que lhe valeu seu doutorado com honras na Universidade de Buenos Aires. Neste escrito de próxima publicação, Lizárraga, que foi aluno deste curso à distância, propõe um diálogo original e provocador entre John Rawls e o marxismo latino-americano guevarista. A preocupação pelos nós essenciais do problema acadêmico não ignora e muito menos prescinde dos elementos que fazem à crueldade que vemos refletida nas imagens cotidianas de nossas sociedades.

conseqüente afluência de crentes e clérigos que apostaram suas vidas e seus recursos materiais e espirituais pela causa dos que menos têm na luta por uma nova e melhor sociedade.

Adolfo Sánchez Vázquez, professor emérito da Universidade Nacional Autônoma do México, propõe-nos refletir sobre o “imoralismo” de Marx. O problema de pensar uma ética de inspiração marxiana, como bem assinala o autor de “Ética e marxismo”, é a dupla e assimétrica significação de duas dimensões inseparáveis da questão: a explicativa e a normativa. Apesar da a-sistematicidade da obra marxiana a respeito, nenhum marxista negaria que Marx concebe a moral como objeto de conhecimento no contexto de sua concepção da história e da sociedade. Sua contribuição é prescritível em ao menos três planos significativos: a crítica do capitalismo, o projeto de nova sociedade e a prática política revolucionária, sendo este último aspecto o que apresenta as arestas mais ríspidas. Se Marx era só e acima de tudo um descobridor, e o marxismo só uma ciência, não haveria razão de ser para uma moral normativa. Diante de um panorama tão restritivo, o desassossego não demoraria em chegar. Entretanto, por sorte, Sánchez Vázquez nos oferece um Marx diferente daquele reivindicado pelos pragmáticos, o academicismo objetivista ou o determinismo vulgar. Graças a sua pluma, o filósofo viu as roupagens de quem se atreve à imbricada tarefa de interpretar e transformar o mundo. Sua conclusão é contundente. Claro que há um lugar para a moral no marxismo, mas sempre que se tenha o valor de encará-lo como “filosofia da práxis”, o qual implica o compromisso com uma crítica do existente, um projeto alternativo de emancipação, um conhecimento da realidade e, fundamentalmente, com uma vocação prática transformadora (Sánchez Vázquez, 2003).

Em homenagem a seu professor, María Rosa Palazón Mayoral, docente da Universidade Nacional Autônoma do México, convida-nos a percorrer em seu artigo algumas das argumentações mais significativas do pensador hispano-mexicano sobre a práxis revolucionária. Em “A filosofia da práxis segundo Adolfo Sánchez Vázquez”, Palazón desfolha as teses marxianas sobre Feuerbach com as lentes de seu educador e, no transcurso deste movimento, vai desvendando o próprio coração da convicção emancipadora que subjaz coincidentemente em Marx e em Sánchez Vázquez. Evidentemente, seria completamente ingênuo acreditar que a mudança só é atingida à força de prática: se fosse assim, só deveríamos ser obstinadamente constantes e repetir

uma e outra vez os mesmos feitos, até que ganhássemos da realidade por cansaço. Retomar o conceito de práxis remete a uma crítica teórica que inclui fins e táticas. Desta maneira, a atividade prática revela as funções mentais de síntese e previsão que a compõem. O materialismo ingênuo e o idealismo solipsista foram desarmados. Embora os resultados da práxis revolucionária são imprevisíveis, homens e mulheres têm em seu poder a esperança de lutar pela chegada do desejável e possível. A mensagem com que conclui Palazón Mayoral a leitura marxiana de Sánchez Vázquez não é absolutamente desdenhável: em tempos de niilismos “não se pode viver sem metas, sonhos, ilusões, ideais” (Sánchez Vázquez, 2003: 543-544). Simplesmente, a utopia “retorna” ao lugar do qual de fato nunca –não importa quão obstinadamente o tenham afirmado seus caluniadores– se foi.

Novos temas de reflexão no capitalismo contemporâneo

Muito dano tem feito o pensamento dogmático que converteu o marxismo em um corpo teórico acabado e auto-suficiente, com respostas inequívocas para todo tempo e lugar. Tal tipo de atitude parece mais própria dos livros de auto-ajuda que da tradição de pensamento vivo que Marx ajudou a fundar. As lutas em torno das contradições de classe não podem ser adequadamente compreendidas em sua trajetória e em sua complexidade se são analisadas divorciadas dos problemas de gênero e opção sexual, ecológico-meio-ambientais e nacionalistas –étnicos, raciais e religiosos–, que marcam nossos tempos. Não se trata de dizer a Marx aquilo que não poderia ter pensado em seu contexto biográfico⁶. Trata-se de dialogar com ele, talvez com certo tom de

⁶ Extremamente interessante é o capítulo sobre o *Manifesto Comunista* de Atilio A. Boron (2000). Trata-se de uma leitura contemporânea deste notável panfleto de Marx, cuidadosa na hora de não incorrer em afirmações anacrônicas e, ao mesmo tempo, zelosa no resgata e destaca certas advertências que neste texto vertem-se de cara a este novo século.

irreverência⁷, para formular perguntas que questionem seus pressupostos e ponham em andamento as engrenagens do espírito crítico próprio de sua filosofia da práxis.

Em correlato com o anterior, o primeiro dos artigos desta terceira parte relaciona-se com o flanco mais fraco do marxismo clássico: a exploração da mulher. Em “Para uma teoria das relações de gênero”, Frigga Haug, professora e pesquisadora no Institut für Kritische Theorie, Alemanha, expõe uma aguda crítica da economia política marxista dos gêneros. Partindo de algumas observações de Marx e Engels as quais considera extremamente “imprecisas”, propõe uma releitura sintomática devedora do método althusseriano que recorrerá também a contribuições de Antonio Gramsci e Nicos Poulantzas para dar devida conta da transcendência e complexidade do tópico em questão. O problema detém como um de seus lados mais espinhosos a direção seqüencial das lutas emancipatórias que tradicionalmente privilegiam a insígnia libertária dos trabalhadores, resignando à libertação das mulheres, no melhor dos casos, um secundário último posto. Esta, segundo a perspectiva de Haug, é uma seqüela esperável própria das posturas que optam por omitir-se em relação à força das relações de gênero na determinação da forma específica das relações sociais em seu conjunto. A autora conclui que as relações de gênero são relações de produção, e uma cabal compreensão deste fato permitirá finalmente invalidar a tendência convencional de pensá-las puramente como relações entre homens e mulheres.

“Existe um marxismo ecológico?”, pergunta-se Elmar Altvater, catedrático da Universidade Livre de Berlim. Neste artigo, Altvater procura mostrar como a singular concepção da natureza elaborada por Marx a partir de sua crítica à economia política permite uma melhor compreensão dos problemas ecológicos atuais. A resposta a sua questão é, portanto, afirmativa. Altvater propõe uma leitura que se inicia em um Marx conseqüente com a Ilustração e que acredita que o homem constrói sua história ao

⁷ Sob o personagem ficcional do Annette Devereux, Sheila Rowbotham escreve ao autor do *Manifesto Comunista* fazendo gala de um delicioso gracejo. No “Dear Dr. Marx: Ao Letter from ao Socialist Feminist”, Rowbotham se dirige a seu “Querido Dr. Marx” nos seguintes termos: “Teria lido o artigo –em referência ao *Manifesto Comunista*– que escreveu com o Sr. Engels se não tivesse estado correndo das barricadas aos escritórios do *Voix des Femmes* e dali à associação de mulheres [...] Pauline Roland, Desirée Véret, Suzanne Voilquin e Claire Démar, para mencionar umas poucas, mostraram-nos que as mulheres devem procurar por si mesmas sua emancipação. Destas mulheres fortes e de Flora Tristán, aprendemos que a mulher que não se pertence a si mesma não se pertence no absoluto. Entretanto, não esquecemos que nossa causa estava conectada com a da classe operária. Surpreende-me não encontrar menção em seu Manifesto à proposta de Flora Tristán e sua indicação a respeito da impossibilidade de realizar a emancipação dos varões trabalhadores enquanto as mulheres permaneçam oprimidas na família” (Rowbotham, 1998).

transformar a sociedade, a natureza e a si mesmo. Entretanto, muito em breve Marx irá perfilando uma leitura muito mais complexa. Na observação dos ciclos de crise dos anos cinquenta do século XIX, terá oportunidade de verificar as primeiras dificuldades ecossociais que anunciam que a natureza tem seus próprios limites e que seus recursos finitos porão algum dia em xeque a produção capitalista tal como hoje a conhecemos. O sistema energético fóssil e a extrema desigualdade e injustiça imperantes no sistema capitalista do início do século XXI corroboram aqueles presságios. Contrariamente às opiniões “qualificadas” de certos ecologistas e alguns peritos do Banco Mundial que só identificavam na pobreza a causa dos males ecoambientais, Altvater sustentará que o conluio entre pobreza e riqueza é uma das principais causas da destruição ecológica.

Também preocupado pelos aspectos relativos à implosão ecológica planetária, Franz Hinkelammert, professor do Departamento Ecumênico de Investigações de São José, Costa Rica, oferece-nos seu artigo “A globalidade da terra e a estratégia de globalização”. Segundo Hinkelammert, à conquista imprudente e violadora do ecossistema, foi somada como última grande cruzada a eliminação de toda resistência humana ao *status quo*. O mercado e a racionalidade científica meios-fins sustentam-se na invisibilização dos riscos globais que ambos geram. Paradoxalmente, faz-se abstração da globalidade cada vez que se decide fazer tudo aquilo que se pode fazer: a energia nuclear, os avanços em biogenética, a implosão dos sistemas hídricos e florestais, etc., caem sobre as consciências da humanidade. A conversação que Hinkelammert reconstrói entre o cientista inglês e o grande inquisidor espanhol Torquemada é claramente ilustrativa. É lícito torturar ao herege, à natureza, aos homens e mulheres que resistem? A resposta é sim, seja qual for o caso, se o tormento se justifica *em nome* da eficácia. Entretanto, Hinkelammert adverte, a relação entre tortura, eficácia e limite do suportável está estabelecida, embora só a conheçamos *ex post*, quando todos os limites já foram ultrapassados definitivamente. As relações humanas foram convulsionadas ao extremo de eliminar toda neutralidade como opção possível. Em outras palavras, conclui o autor, “podemos escolher entre responsabilidade e irresponsabilidade, mas não podemos nos furtar da alternativa”.

O tema central de “As idéias e a ação política na mudança histórica” de Perry Anderson, da Universidade da Califórnia, Los Angeles, não poderia ser mais apaixonante. Contrariamente àquilo que um materialismo vulgar e medíocre sustentaria,

as idéias e os valores desdobram-se na história mostrando sua vivacidade e incidência concretas nas mudanças sócio-históricas promovidas pelos atores tanto da esquerda como da direita. O itinerário proposto por Anderson não pretende ser enciclopedista nem anedótico; ao contrário, tem uma significação que se projeta no futuro. Nos três grandes casos analisados de impacto ideológico moderno –a Ilustração, o marxismo e o neoliberalismo– o autor encontra a repetição de um mesmo padrão. Os três foram sistemas de idéias com um alto grau de sofisticação, que se desenvolveram inicialmente em condições adversas e de isolamento, e obtiveram uma força brutal como ideologias ao produzirem o estalo de uma crise objetiva de significação radical. A esquerda deve aprender esta lição para enfrentar sem arrogância, mas com persistência uma ideologia dominante que atualmente sustenta-se sobre a auto-afirmação do capitalismo como única forma de organização da vida moderna e sobre a anulação da soberania nacional em nome da defesa dos direitos humanos universais (Anderson, 2004: 38). No artigo que integra este livro, Anderson adverte que se necessita de um espírito diferente, que seja capaz de pensar incisivamente sem concessões ao conformismo nem à devoção irrefletida, porque “as idéias incapazes de emocionar o mundo também são incapazes de sacudi-lo”.

Democracia e imperialismo em tempos de globalização

Há quem afirme sem indício de dúvida que não existem alternativas que desafiem a hegemonia do capital (capitalismo) e o triunfo do governo do povo (democracia). Para eles, o futuro que se atenta é uma repetição do presente, embora com mais opções em altares de um pluralismo *bem entendido*. Este último é qualificado como tal pelo poder hegemônico vigente conforme este se sinta mais ou menos ameaçado pelas diversas e plurais demandas de seus governados. Quem ainda recorda os sucessos da primavera keynesiana⁸ e de um capitalismo de pós-guerra que prometia reconstruir-se democrática

⁸ Durante os anos dourados do capitalismo, como os denomina Eric Hobsbawm em sua *História do século XX*, a existência de um Estado de Bem-estar ou planejador coincide com um contexto de generalização de métodos de trabalho como o taylorismo e o fordismo, que suportaram um importante incremento da produtividade. Este estado de Bem-estar permitiu a acumulação de capital e a conformação de uma norma de consumo de massas. E, as mãos dos governos social-democratas, ganharam força com a instauração de uma fórmula política de compromisso entre “o capital” e “o trabalho”, sendo a própria estrutura estatal o principal ente regulador do conflito. Neste trabalho, Hobsbawm articula a dimensão econômico-tecnológica com as profundas mudanças políticas e sociais que a sociedade de consumo de massas impôs não só nos países avançados do ocidente no contexto da afiançamento da hegemonia política e econômica dos Estados Unidos, mas também nos países do terceiro mundo crescentemente urbanizados. Os anos setenta encontraram um mundo qualitativa e quantitativamente distinto, tendo meio

e igualitariamente, corrobora diariamente –não sem certa cota de melancolia e muito desalento– como seguimos nos afastando da possibilidade de cumprir aquela velha ilusão. Os cenários de conflito multiplicam-se em espaços locais, nacionais, internacionais e regionais, transformando o mundo “literalmente” em um globo a ponto de explodir. Os diagnósticos que se escutam com maior força e estridência são aqueles que assinalam como causa do problema os excessos das democracias.

O diagnóstico precedente, como o assinala Ellen Meiksins Wood, professora da Universidade de York (Toronto, Canadá), mostra uma união profundamente contra-intuitiva: a vitória do capital e do povo. Em seu artigo “Estado, democracia e globalização”, a autora nos convida a duvidar do caráter evidente, natural e ecumênico deste encontro, lançando luz sobre os artefatos utilizados pelo novo imperialismo norte-americano. Objeto de sucessivas redefinições, que Meiksins Wood percorre com detalhe, a democracia é camuflada para que o capitalismo possa tolerá-la. Às margens do caminho foram lançados seus aspectos mais sedutores: que os nascidos livres e pobres tenham ingerência efetiva nas relações de poder político-econômicas é coisa do passado. O povo é convocado a consumir, mas é reprimido quando pretende subverter. Periodicamente este acerto marital de conveniência unilateral faz sintoma e, contrariamente às opiniões que anunciaram o falecimento do Estado na era global, o imperialismo e a presença policíaca dos estados-nação com sua correspondente interdependência assimétrica se fazem sentir na avançada repressiva contra os povos.

Em “Colonialismo interno (Uma redefinição)”, Pablo González Casanova, professor da Universidade Nacional Autônoma do México, dá conta desta categoria originalmente ligada a fenômenos de conquista, em que as populações de nativos não são exterminadas e formam parte, primeiro, do Estado colonizador e, depois, do Estado que adquire uma independência formal ou que inicia um processo de libertação, de transição ao socialismo ou de recolonização e volta ao capitalismo neoliberal. Em primeiro lugar, faz falta precisar que o colonialismo interno se dá no terreno econômico, político, social e cultural. Em segundo lugar, deve o analista internar-se nos roteiros da evolução do dito colonialismo ao longo da fundação e consolidação do estado-nação e do capitalismo. Finalmente, é preciso estabelecer a existência ou ausência de vínculos

as mudanças sociais referidas durante os anos de bonança. Revolução cultural e social mediante, os últimos anos do século XX trouxe consigo um crescente questionamento e reclamação frente às formas do Estado intervencionista. As novas gerações enfrentarão sua primeira experiência traumática, e o farão com a intensidade de quem tem sido criados em um modelo societal de abundância (Hobsbawm, 1995).

entre aquele e as alternativas emergentes, sistêmicas e anti-sistêmicas, em particular as que concernem à “resistência” e “a construção de autonomias” dentro do estado-nação, com os movimentos e forças nacionais e internacionais da democracia, da libertação e do socialismo. Se, como afirmou Marx, “um país se enriquece à custa de outro país”, González Casanova tenta salvar a falência própria de certo marxismo no qual prevaleceu a análise da dominação e exploração dos trabalhadores pela burguesia frente à análise da dominação e exploração de uns países por outros⁹, e navegar nos terrenos que fazem a história desta categoria sensível e tão significativa para as lutas dos povos por sua emancipação.

Em correlato com este último aspecto, François Houtart, diretor do Centro Tricontinental da Universidade de Lovaina-a-Nova, Bélgica, optou por refletir sobre “Os movimentos sociais e a construção de um novo sujeito histórico”. O crescimento dos níveis de desigualdade e polarização social, a intensificação do protesto social e sua criminalização e repressão dão conta dos limites do capitalismo democrático. Às formas tradicionais –paralisações, greves de fome, concentrações– os protestos sociais incorporaram um repertório de novas modalidades que incluem encontros como os Fóruns Sociais Mundiais (que percorreram vários continentes), marchas prolongadas, painéis, piquetes e bloqueios de rodovias. Houtart aposta em estudar criticamente o acionar destes novos sujeitos contestatários e seu impacto nos processos coletivos. Seu objetivo é fixar as condições de possibilidade para a constituição de um novo sujeito social capaz de uma crítica interna aos fins de institucionalizar as mudanças desejadas e assegurar uma referência permanente às metas procuradas. Isto requererá deste sujeito histórico a capacidade nada desdenhável de captar os desafios da globalização e integrar as vítimas do neoliberalismo globalizado.

O imperialismo é o tópico que atravessa os artigos precedentes e que retoma John Bellamy Foster, um dos editores da *Monthly Review*, em seu artigo titulado “O redescobrimto do imperialismo”. Foster começa assinalando que durante quase todo o

⁹ *De Marx al marxismo en América latina*, de Adolfo Sánchez Vázquez, e *Marx en su (Tercer) Mundo. Hacia un socialismo no colonizado*, de Néstor Kohan, são escritos inescapáveis para quem pretende discutir com solvência os argumentos daqueles que afirmam que, na América Latina, Marx e Engels só despertaram um interesse secundário próprio dos fenômenos de raiz imigratória. O compromisso e a qualidade humana do reconhecido pensador hispano-mexicano e o paixão e a pluma assertiva de Kohan são amostras inequívocas de um pensamento latino-americano marxista que põe em xeque o capitalismo ao propugnar a análise teórica e a práxis emancipatória como aspectos inseparáveis de uma mudança imprescindível em sociedades tão profundamente hierarquizadas e inequívocas como as existentes na região.

século XX o conceito de “imperialismo” foi considerado um termo de mau gosto e, conseqüentemente, eliminado da agenda e dos discursos das mais influentes figuras políticas e intelectuais do *mainstream*. A guerra contra o terrorismo empreendida pela administração Bush foi, em boa medida, a promotora das calorosas boas-vindas dadas ao imperialismo e ao ardor imperialista desatado entre essa mesma elite de intelectuais e dirigentes políticos norte-americanos. Despojado de toda filiação que o associe ao marxismo ou à exploração, o imperialismo encarna a grande tarefa civilizadora do Império Norte-americano. Entretanto, assinala Foster, existem regras para esta reapropriação dos conceitos de “império” e “imperialismo”. As motivações excepcionalmente benévolas devem ser enfatizadas, e é imperativo inscrever a justificação do domínio político e militar no contexto da defesa dos direitos humanos e dos princípios democráticos. Finalmente, do imperialismo econômico diretamente não se fala. O redescobrimento do imperialismo no seio do *mainstream* só significa a naturalização dos interesses das corporações e do estado norte-americano como prioritário para o capitalismo global.

Em “Um futuro para o socialismo?”, Terry Eagleton, professor da Universidade de Manchester, assume uma postura mordazmente contestatária em relação ao “sentido comum” globalizado a fim de refrasear alguns slogans próprios de nossos dias. Eagleton sustenta que existe pouca evidência sobre a tão memorada apatia cidadã. Todavia, a situação parece ser exatamente oposta: as pessoas estão preocupadas com um número crescentemente importante de assuntos que as afetam como resultado de políticas que lhes são lesivas. Os objetivos da esquerda atual não parecem ser, segundo Eagleton, estritamente revolucionários, quando exigem como denominador comum que todos os habitantes do planeta possam comer, trabalhar, exercer sua liberdade e viver dignamente. Que aspectos tão básicos da vida cotidiana requeiram ser demandados resulta um fato crível apenas enquanto produto de uma sociedade que se sustenta sobre o incremento dos excluídos do e pelo sistema que pauta ou estrutura sua organização. O capitalismo dá mostras concludentes de ser artífice plenamente autônomo de seu destino. Por si só consegue fazer desnaturalizar todo ciclo vital conhecido e não necessita ajuda alguma para atacar seu haraquiri.

Esta obra chega a seu fim. Atilio A. Boron oferece, a modo de fechamento provisório, eixos para a discussão do imperialismo na história recente da América

Latina. Em seu texto, “A questão do imperialismo” se cruza com a dependência externa, a erosão da soberania nacional dos estados e com a submissão sem precedentes da região aos ditados dos centros que respondem ao domínio imperial. As polêmicas teses desenvolvidas por Michael Hardt e Antonio Negri em *Império* (2000) suscitam em Boron uma série de dúvidas a respeito de sua pertinência, assim como comentários agudos sobre a estrutura do sistema imperialista mundial, as peculiaridades da atual junta latino-americana e das alternativas que, com um grau razoável de realismo, poderiam construir os novos movimentos sociais.

Esta introdução não pretendeu, de modo algum, resumir nem muito menos substituir a riqueza e profundidade das análises e reflexões contidas nos textos apresentados. Foi concebida como convite a compartilhar algumas das questões, desafios e problemas que os homens e mulheres deste século enfrentamos diariamente. A humana mortalidade é, por excelência, o princípio antropológico igualitário que transcende fronteiras territoriais e temporárias. Neste estrito sentido, a morte de Karl Marx, como a de todo ser mortal, era uma morte anunciada. Entretanto, o adeus a Marx, diferentemente das despedidas recebidas pela imensa maioria dos mortais, renova-se periodicamente uma e outra vez. O que terá feito este mortal para ter uma existência imortal? A resposta apresenta várias arestas e a partir de todas elas não deixa de ser paradoxal: Marx bebeu das iniquidades do capitalismo. Para surpresa de uns poucos, o capitalismo continua exigindo vidas em escala planetária. E nesse processo, hoje muito mais que no século XIX, converte-se no elixir da eterna juventude que vivifica Marx e seu legado como um de seus mais agudos e fecundos críticos. O poeta não se equivocava quando afirmava que a vida é sonho: de fato, desde sua aparição, o marxismo foi o eterno pesadelo daqueles que ainda acreditam nas virtudes do capitalismo.

Bibliografia

Alexander, Jeffrey 1990 “La centralidad de los clásicos” em Giddens, Anthony; Turner, Jonathan *et al.* *La teoría social hoy* (Madri: Alianza).

- Anderson, Perry 2004 “El papel de las ideas en la construcción de alternativas” em Boron, Atilio A. *Nueva hegemonía mundial. Alternativas de cambio y movimientos sociales* (Buenos Aires: CLACSO).
- Boron, Atilio A. 1999 “El marxismo y la filosofía política” em Boron, Atilio A. *Teoría y filosofía política. La tradición clásica y las nuevas fronteras* (Buenos Aires: CLACSO/Eudeba).
- Boron, Atilio A. 2000 “El *Manifiesto Comunista* hoy: permanencias, obsolescencias, ausencias” em *Tras el búho de Minerva. Mercado contra democracia en el capitalismo de fin de siglo* (Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica).
- Callinicos, Alex 2000 *Equality* (Cambridge: Polity Press).
- Eagleton, Terry 1998 *Las ilusiones del postmodernismo* (Buenos Aires: Paidós).
- Fukuyama, Francis 1992 *El fin de la historia y el último hombre* (Buenos Aires: Planeta).
- Grüner, Eduardo 2002 *El fin de las pequeñas historias. De los estudios culturales al retorno (imposible) de lo trágico* (Buenos Aires: Paidós).
- Hardt, Michael e Negri, Antonio 2002 *Imperio* (Buenos Aires: Paidós).
- Hobsbawm, Eric J. 1995 *Historia del siglo XX* (Barcelona: Crítica).
- Klimovsky, Gregorio 1995 *Las desventuras del conocimiento científico. Una introducción a la epistemología* (Buenos Aires: AZ Ediciones).
- Kohan, Nestor 2003 *Marx en su (Tercer) Mundo. Hacia un socialismo no colonizado* (Havana: Centro de Investigación y Desarrollo de la Cultura Cubana Juan Marinello).
- Levy, Bettina 2005 “La dimensión política de la formulación weberiana sobre la acción: contingencia y racionalidad en la modernidad”, mimeo.
- Lizárraga, Fernando 2004 “Principios de justicia en el pensamiento de Ernesto Che Guevara”, mimeo.
- Marx, Karl 1969 “Tesis sobre Feuerbach” em Marx, Karl e Engels, Friedrich *La ideología alemana* (Montevideo: Pueblos Unidos).

Marx, Karl 1986 *El Capital. Crítica de la Economía Política* (México: Fondo de Cultura Económica) Tomos I, II e III.

Meiksins Wood, Ellen 2000 (1995) *Democracia contra capitalismo. La renovación del materialismo histórico* (México: Siglo XXI).

[Platão] Platón 2000a *Protágoras* (Madri: Gredos), tomo I.

[Platão] Platón 2000b *República* (Madri: Gredos), tomo IV.

Polanyi, Karl 1992 *La gran transformación. Crítica del liberalismo económico* (México: Fondo de Cultura Económica).

Rowbotham, Sheila 1998 “Dear Dr. Marx: A Letter from a Socialist Feminist” em *Socialist Register 1998* (Nova Iorque: The Merlin Press).

Sánchez Vázquez, Adolfo 1999 *De Marx al marxismo en América latina* (México: Itaca).

Sánchez Vázquez, Adolfo 2003 (1967) *Filosofía de la praxis* (México: Fondo de Cultura Económica).

Sánchez Vázquez, Adolfo 2004 *Por qué ser marxista hoy*, mimeo, em <<http://www.sme.org.mx/revistalux/lux541/laboral-sindical/50a54.htm>>, 2 de junho de 2006.

Schuster, Félix Gustavo 1999 “Los laberintos de la contextualización en ciencia” em Althabe, Gérard e Schuster, Félix Gustavo (orgs.) *Antropología del presente* (Buenos Aires: Edicial).